

21/12/2018

## Leis Penais Especiais Objetivo

Professor: Leonardo Galardo

### Lei 9.099/1995 - Rejeição da denúncia ou queixa no JECRIM

#### Resumo

---

Recurso relacionado a rejeição da PI. Imaginemos o processo como um triângulo. Assim como o triângulo tem que ter três vértices, o processo tem três sujeitos essenciais ou obrigatórios. São eles: o juiz, o autor e o réu. O autor é aquele que processa. Réu é aquele que é processado. Juiz é aquele que julga de forma imparcial. O primeiro a saber do que está acontecendo é o autor, pois é ele quem está processando. O segundo será o juiz e o último será o réu, quando for chamado para dentro do processo para se defender.

1. autor: o autor fica sabendo do processo através do oferecimento da petição inicial (PI), que terá o nome de denúncia, se tratar de ação penal pública, ou terá o nome de queixa, se aquele crime for de ação penal privada.

2. juiz: apresentada a PI, cabe ao juiz receber a denúncia ou queixa.

**Obs.:** o recebimento da PI é a regra. Dessa forma, a mesma só poderá ser rejeitada em situações excepcionais previstas no artigo 395, CPP. Esse artigo diz que a denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- i. for manifestamente inepta
- ii. Quando faltar um pressuposto processual ou uma condição da ação
- iii. Quando faltar justa causa.

3. réu: citação – chamamento do réu para dentro do processo.

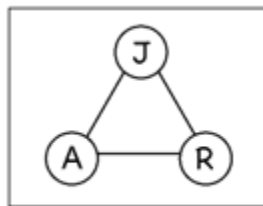


Figura 3. Representação gráfica da relação processual triangular existente entre (A) – juiz (J) – réu (R) proposta por Adolf Wach.

A decisão de rejeição da PI pode ser atacada através de recurso do autor. Via de regra cabe o recurso em sentido estrito, apresentado no prazo de 05 dias - art. 581, I, CPP. Tratando-se de JECRIM o recurso cabível é o de apelação, no prazo de 10 dias - art. 82, §1º da lei 9.099.

Art. 581. Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença:

I - que não receber a denúncia ou a queixa;

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente

---

## Exercícios

---

1. Caberá recurso em sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença. Daí:

- a) Cabe recurso em sentido estrito quando o juiz rejeita denuncia ou a queixa.
- b) A tempestividade do recurso no sentido estrito contra a decisão de pronuncia é aferida pela data em que a mesma foi decretada e no pelo ingresso de petição do recurso em cartório.
- c) Da decisão que confirma arbitramento de fiança pela autoridade policial, não cabe interposição de recurso em sentido estrito.
- d) Contra despacho judicial que autoriza remoção de preso para outra comarca com as cautelas de estilo, é cabível o recurso no sentido estrito.

2. Em se tratando de JECRIM, o recurso cabível quando rejeitada denuncia ou queixa é:

- a) apelação, no prazo de 10 dias
- b) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- c) embargo infringentes, no prazo de 10 dias
- d) embargos de nulidade, no prazo de 10 dias.

## Gabarito

---

1. Letra A

2. Letra A